



# Governo quer pôr chip em armas de fogo

Sistema inteligente de identificação ajudaria a rastrear o caminho da arma e a desvendar crimes, diz ministro

## Ministério da Justiça também discute lei para obrigar a indústria a fornecer o "DNA" de toda a sua produção

NATUZA NERY  
DE BRASÍLIA

O Ministério da Justiça quer implantar um sistema inteligente de identificação de armas de fogo no país e discute uma lei para forçar a indústria a fornecer o "DNA" de toda a sua produção.

A principal medida é obrigar a instalação de chips para rastrear a circulação de armas. A ideia surgiu após a tragédia que vitimou, na semana passada, 12 jovens numa escola no Rio de Janeiro.

"Isso nos ajudaria a desvendar homicídios e a identificar a arma que deu o tiro", disse à **Folha** o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. "Teríamos mais facilidade nas investigações."

Segundo Cardozo, a exigência do chip valeria tanto para as armas produzidas no Brasil quanto para as importadas. Hoje, esses artefatos têm um número de registro, frequentemente raspado para impedir a identificação, como ocorreu no massacre

de Realengo.

"O chip dará todo o histórico da arma, sendo muito difícil destruí-lo. Esse custo ficaria com a indústria", disse.

No caso do "DNA", os fabricantes teriam de guardar as informações do "primeiro tiro", dado ainda na fase de pré-venda do produto. "Esse primeiro tiro guarda importantes informações sobre a arma, permitindo identificar, no futuro, de que arma o explosivo saiu", afirmou ele.

As duas medidas terão de passar pelo Congresso Nacional. O chip já é usado nos Estados Unidos e na Austrália, enquanto a técnica do DNA é praticada na Alemanha, Holanda, Noruega e nos EUA, diz o Ministério da Justiça.

O ministro afirmou que a proposta de realizar um plebiscito sobre a proibição do comércio de armas no país "é assunto do Congresso Nacional, não do governo".

Ele reconhece, porém, que a tragédia no Rio reacendeu o debate sobre desarmar a população, precipitando para maio uma campanha nacional sobre o tema. Sem recursos suficientes para a iniciativa, o ministro da Justiça pede a ajuda da mídia.

"Vamos ver se sensibilizamos os órgãos de comunicação para que nos auxiliem

nessa propaganda", disse.

O governo federal dará uma quantia em dinheiro aos portadores que entregarem suas armas. O valor pode ser maior que R\$ 300, o máximo pago hoje. A proposta de recolher também as munições encontra uma barreira: a lei só trata de armas. A pasta discute alternativas.

O ministério estima em 1,8 milhão o número de armas legais em circulação no país.

## ▶ CAMPANHA

### ONG RECOLHE ARMAS DE BRINQUEDO

Uma arma de brinquedo ou um jogo de videogame violento por um gíbi. A troca pareceu um bom negócio para crianças de 150 escolas da região do M'Boi Mirim, zona sul de SP, que participam da Semana do Desarmamento Infantil, promovida pelo Instituto Sou da Paz até a próxima sexta. A campanha foi pensada antes do massacre em Realengo e faz parte de um plano mais amplo de controle de armas na cidade. Em fase de testes, a campanha deve ser levada a outros bairros neste ano.



# Proposta de plebiscito sobre armas já sofre resistência

DE BRASÍLIA  
DE SÃO PAULO

A proposta apresentada pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), de fazer um plebiscito sobre a venda de armas sofre resistência de políticos e especialistas na área de segurança.

O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), e o Instituto Sou da Paz, uma das principais ONGs que defendem o desarmamento, afirmaram ser contrários a uma nova consulta popular agora.

Sarney apresentou ontem projeto de decreto legislativo que determina a realização do plebiscito em 2 de outubro para que brasileiros respondam à pergunta: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?".

Para que a consulta seja realizada, o projeto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado. Maia diz que não há motivos para se gastar o "mesmo dinheiro e fazer a mesma pergunta" do referendo feito em 2005, quando a resposta "não" ganhou com

63,94% dos votos. O referendo custou R\$ 270 milhões.

Referendos são convocados para que a população ratifique decisões já tomadas pelo Congresso. Como não há mudanças no Estatuto do Desarmamento em vigor desde 2003, o instrumento para a nova consulta é o plebiscito.

Para a diretora do Sou da Paz, Melina Rizzo, um plebiscito agora tiraria o foco do que interessa: "O controle efetivo das armas". Estima-se que metade das 16 milhões de armas do país sejam ilegais.

"Muitas medidas de segurança pública feitas em momentos de grande comoção, como agora, dão uma resposta à opinião pública, mas não atacam o problema", diz ela.

Contrário ao desarmamento, o presidente do Movimento Viva Brasil, Bené Barbosa, diz que a consulta popular sobre o tema é uma medida de marketing do Legislativo.

Dos oito especialistas ouvidos, só o presidente do Movimento Rio de Paz, Antônio Carlos Costa, diz ser a favor do plebiscito.

## PRÓXIMOS PASSO DO PROJETO DE PLEBISCITO

A sugestão de pergunta é "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?"

**1** O projeto de realização do plebiscito precisa ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e pelos plenários do Senado e da Câmara para que a consulta seja realizada

**2** Se o projeto for aprovado, o Tribunal Superior Eleitoral organiza o plebiscito. A presença nas urnas é obrigatória

**Se o "não" vencer**  
As armas e munições podem continuar a ser vendidas no país

**Se o "sim" ganhar**  
O Congresso terá que fazer uma nova lei para modificar o Estatuto do Desarmamento que regulamenta a comercialização e porte de armas de fogo e munição



Nacho Doce/Reuters

Crianças trocaram armas de brinquedo por revistinhas em escola de São Paulo na Semana do Desarmamento Infantil